

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

RAMOFLY BICALHO
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas em educação do campo na sua estreita articulação com os movimentos sociais, tendo a colaboração do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e do Programa de Educação Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, ambos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem como objetivo central apresentar reflexões realizadas nos últimos anos acerca da concepção de educação do campo no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a formação dos educadores e sua participação, enquanto seres históricos e culturais. Utilizamos, predominantemente, a pesquisa bibliográfica e documental, em especial, o *Caderno de Educação nº 8 – Princípios da Educação no MST*. Concluimos que a educação do campo, como práxis libertadora, é utilizada no processo de compreensão das lutas e demandas educacionais defendida pelo MST. Ela dialoga com os gestos, desejos, valores e a luta pela terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Movimentos sociais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Formação política e pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este texto é parte das reflexões e pesquisas realizadas, nos últimos anos, acerca da estreita relação entre educação do campo e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na busca por direitos humanos e respeito às diferenças sociais, culturais e religiosas. Nosso principal objetivo é conhecer os princípios políticos e pedagógicos do MST, as bandeiras de lutas e seu projeto emancipador de educação do campo, considerando os seguintes desafios: formação política dos sujeitos, trabalho coletivo, valorização das histórias de vida, consciência social, educação popular e saberes históricos de educadores, educandos e lideranças dos movimentos sociais¹ (GOHN, 2002).

A educação do campo na sua estratégica relação com os movimentos sociais pode contribuir no fortalecimento das escolas do campo, reconstruindo passados, memórias, identidades e histórias de vida de educadores e educandos. Estes sujeitos poderão se envolver com as questões político-pedagógicas apresentadas pelos movimentos sociais, numa construção coletiva que considere as inúmeras possibilidades do fazer democrático e crítico. Segundo Bogo (2000, p. 31),

a transformação da sociedade se assemelha à construção de um prédio, não basta ter uma planta bem-feita na mão, é preciso que lá nas minas haja operários extraindo cimento, outros transportando, outros cavando e transportando areia [...].

Nesta investigação utilizamos, predominantemente, a pesquisa bibliográfica e documental, considerando o universo das crenças, valores, atitudes, motivações e histórias dos sujeitos, individuais e coletivos. Ela permitiu explorar a diversidade de materiais bibliográficos vinculados ao MST, em especial, o *Caderno de Educação n° 8 – Princípios da Educação no MST*, além de legislações², decretos e portarias que tratam das políticas públicas de educação do campo no Brasil, formação docente, projetos político-pedagógicos emancipadores, agricultura familiar, orgânica e agroecológica. As minhas atividades na Coordenação e Docência da Licenciatura em Educação do Campo³ e do Programa Escola Ativa⁴, ambos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), permitiram uma inserção social mais profunda na realidade, explorando a diversidade de espaços, documentos e referências bibliográficas vinculados aos movimentos sociais do campo.

Com tal metodologia, aprofundamos a compreensão da realidade, respeitando as experiências pessoais e sociais dos indivíduos e seus coletivos. Nossa preocupação com a realidade não foi quantificá-la, visto que exploramos um universo de significações, conhecimentos, identidades,

memórias, experiências, atitudes, crenças e histórias de vida bem diversificadas, contribuindo para a formação de novos sujeitos sociais, numa perspectiva popular e histórica. Acreditamos nessa dimensão educativa e no fazer pedagógico que tais sujeitos realizam através da organização coletiva. Importante ressaltar que a observação foi uma das técnicas utilizadas, em especial, por se tratar de estudos na área de ciências humanas e sociais. Embora seja uma técnica relativamente espontânea, a observação exige considerável sistematização de método, que a potencializa.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MST

Uma das preocupações presentes nas escolas do campo vinculadas ao MST é o desafio de formar coletivamente seus militantes. A perspectiva freireana, sempre muito utilizada, defende a articulação entre atividades teóricas e práticas, pressuposto básico dessa formação. O fortalecimento da educação do campo para o MST passa pelo estreitamento de relações com os demais atores, individuais e coletivos, do campo: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ribeirinhos, quilombolas, pescadores, caiçaras, indígenas, Via Campesina, entre outros atores históricos do campo, fundamentais na implementação das seguintes políticas públicas: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Diretrizes Operacionais por uma Educação do Campo; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Percebemos nos encontros organizados pelo MST que boa parte dos estudos e das leituras em torno da educação do campo envolvem, entre outros aspectos: alfabetização de jovens e adultos, fechamento de escolas do campo, luta pela terra, demarcação de territórios, agricultura familiar, orgânica e agroecológica. Essas temáticas estão presentes nas seguintes publicações organizadas pelo Movimento: *Caderno de Educação n° 2 (Alfabetização)*; *n° 3 (Alfabetização de jovens e adultos: como organizar)*; *n° 4 (Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem)*; *n° 5 (Alfabetização de jovens e adultos: educação matemática)*; *n° 9 (Como fazemos a Escola de Educação Fundamental)*, além de boletins, jornais, revistas e site. Na busca de práticas emancipadoras, leitura, escrita e oralidade, são marcas dos sujeitos camponeses que devem estar sempre em evidência.

Na pesquisa bibliográfica e documental, percebemos os diversos problemas enfrentados por educadores e educandos na consolidação de projetos político-pedagógicos emancipadores e de inserção dos movimentos sociais nas escolas do campo. Tais escolas, em sua grande maioria, estão localizadas em espaços de completa ausência do poder público, em especial, no que tange a questões que envolvem acesso, estradas, iluminação, segurança, estrutura física, logística, pessoal, materiais didáticos, formação dos educadores, alto índice de escolas do campo fechadas, descontinuidade de projetos e programas, entre outros aspectos, que afetam educadores, educandos, movimentos sociais e demais lutadores na consolidação da educação do campo, enquanto modalidade da educação básica. Históricas injustiças que frustram os sujeitos camponeses carentes de efetivas políticas públicas. Novamente são destituídos dos seus desejos e direitos (BENJAMIN; CALDART, 2000; ANTUNES; MARTINS, 2012; CALDART, 2010).

A falta de transporte⁵, por exemplo, para a realização das atividades previstas nas escolas do campo, pode tornar o fazer pedagógico uma verdadeira aventura, em função das longas caminhadas. A falta de formação pedagógica dos educadores/as é outro agravante. Tais educadores, em sua grande maioria, lidam com as dificuldades relembando suas experiências individuais como alunos/as. Adotam táticas que desqualificam a potencialidade dos educandos/as, contribuindo para elevar, ainda mais, os altíssimos índices de evasão nas escolas do campo. Esses problemas devem ser enfrentados no diálogo com as políticas públicas. Não podem ser naturalizados. Políticas emergenciais, provisórias e descontextualizadas devem ser combatidas (SOUZA, 2010; 2011; VENDRAMINI, 2009; 2000.)

Qual o papel desempenhado pela educação do campo no Brasil? Que usos e funções elas têm? Qual a possibilidade real de implementação, em nível nacional, das políticas públicas de educação do campo⁶? Os educadores se mostram preocupados e flexíveis em trabalhar com o novo? Contribuem para a transformação dos educandos em agentes e sujeitos da história? São inseridos no convívio social ou atuam apenas como meros participantes? Como enfrentar tantas questões? Uma das possibilidades é a articulação das diversas redes de conhecimento organizadas pelos movimentos sociais do campo, valorizando educadores, educandos e escolas do campo que dialoguem com a educação popular, o fazer democrático, questionador e autônomo (MOLINA, 2014; SOUZA, 2012).

Para Caldart (2000), “escola é mais do que escola”. É fato que a escola tradicional não pode ser desprezada. No entanto, é urgente romper com a exclusividade da sala de aula na produção do conhecimento. Os movimentos sociais, historicamente, se articularam em defesa dos espaços e projetos

alternativos. Seu intuito é ressignificá-lo, acrescentando, na formação crítica dos sujeitos, as diferentes formas de linguagem, documentos históricos, interpretações, tempos e especificidades. A educação do campo, nessa conjuntura, é (re)feita por diversas mãos, em diferentes espaços e lugares distintos. A escola é apenas mais um desses espaços (CALDART; ARROYO; MOLINA, 2004).

Compreendemos que a educação do campo pode potencializar a estreita relação entre produção teórica e prática dos educandos/as, incentivando a participação e o convívio social, através da Pedagogia da Alternância (BEGNAMI; BURGHGRAVE, 2013). Pode, ainda, reconhecer valores, hábitos e costumes familiares nos bairros, clubes, igrejas, escolas do campo, associações, sindicatos, movimentos sociais, entre outros espaços da sociedade civil organizada (GRAMSCI, 1978). A produção histórica e cultural é fruto dessas interações. O conhecimento emancipador não pode ser baseado, apenas, em mera exposição de conteúdos, lições e exercícios de fixação. Conhecer implica ir além das demandas da escola tradicional e conservadora. Conhecer implica movimentos recíprocos entre educadores, educandos e demais sujeitos envolvidos com o ato de educar.

Conhecemos as dificuldades apresentadas na implantação dos princípios da educação do campo. Educadores, educandos, universidades e movimentos sociais aprendem no processo. Nestes espaços, os conflitos vêm à tona, e os diferentes pontos de vistas aparecem. Apresentaremos, a seguir, os princípios orientadores da educação do campo no MST, mostrando sua relevância na formação permanente do pesquisador-educador, envolvido com os saberes produzidos por homens e mulheres camponesas. Utilizaremos, em especial, o *Caderno de Educação nº 8 – Princípios da Educação no MST*.

A relação entre prática e teoria é aspecto fundamental neste debate. Educadores/as partem dos conhecimentos prévios dos educandos, especialmente, em turmas compostas pela diversidade de sujeitos camponeses e movimentos sociais. A diversidade não é encarada como barreira para as aprendizagens. Ela é objeto de estímulo, estudo e compreensão. Quanto melhor a intermediação dos educadores neste processo de aprendizagem, mais significativos serão os resultados obtidos. O diálogo com os educandos pode contribuir para expressar dúvidas, incertezas, sonhos, utopias e inquietações, oportunizando falas, debates, questionamentos, atitudes de respeito e sabedoria nos conflitos de ideias. Importante ainda o desenvolvimento do senso crítico, criatividade e valorização da autoestima, enriquecendo práticas político-pedagógicas através de fontes diversificadas: jornais, revistas, músicas, literatura de cordel, histórias de vida, memórias e identidades. Esses procedimentos enobrecem a arte de educar com satisfação,

ética e responsabilidade (CALDART; STEDILE; DAROS, 2015; CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012).

Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação. Valorizar a relação entre ensino e capacitação, no desenvolvimento de práticas educativas emancipadoras, é essencial para o MST. As experiências de educadores e educandos, quando valorizadas, contribuem para seu aperfeiçoamento. Em sua grande maioria, as questões teóricas no ensino tradicional são anteriores à ação e elemento principal na produção do conhecimento. Na capacitação, a ação é anterior ao conhecimento teórico produzido. Enfrentar as dificuldades apresentadas pode resultar em saberes práticos, permeados pela teoria. Notamos que a combinação entre os processos de ensino e capacitação no MST rompe com as dimensões historicamente dicotomizadas (HAGE, 2011).

A realidade como base na produção do conhecimento. Temática muito enfatizada nas escolas do campo vinculadas ao MST. Entendemos que *partir da realidade*, em muitas ocasiões, é compreendido de maneira equivocada. Nas práticas curriculares, as escolas tradicionais simplificam tal conceito. Para o movimento, é fundamental compreender esse princípio pedagógico como ponto de partida e chegada. A realidade é tudo aquilo que merece ser conhecido e transformado nas escolas do campo, nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Não tem sentido conhecer outras realidades sem conhecer bem a organização familiar, relações sociais e de poder, condições de vida e regiões onde se intensificam, por exemplo, os conflitos por terra. *Partir da realidade* pode facilitar o processo de ensino e aprendizagem, transitando do particular ao geral e do geral ao particular. Rompe-se com o ensino exclusivamente livresco e distante da realidade de educadores e educandos (MOLINA; FREITAS, 2012).

Os conteúdos formativos socialmente úteis estão articulados à educação defendida pelos diversos movimentos sociais do campo e a valorização da autoestima dos educandos. Não é possível investir num processo de ensino-aprendizagem que parta, apenas, da existência de linguagens e conteúdos específicos, objeto de ensino do professor e apreensão do aluno. Não se trata mais de conhecer determinados conceitos para deles se apropriar, mas de usá-los e, usando-os, apreendê-los. A concepção de educação do campo defendida pelo MST não nega a importância das disciplinas e dos conteúdos curriculares tradicionais. No entanto, compreende que as escolas do campo devem reservar, diariamente, momentos para educadores e educandos problematizarem as questões do cotidiano, de gênero, geração, étnicas, econômicas, políticas e religiosas. Segundo Freire (1997), as lições de história começam a partir da realidade do aluno.

É estratégica a necessidade de aceitar a palavra do outro como constitutiva de nossas próprias palavras. Cabe aos sujeitos a apropriação crítica e emancipadora do conhecimento conservador, verticalizado e sequencial. Segundo Gramsci (1976 apud NOSELLA, 1992, p. 15),

é preciso desacostumar-se e parar de conceber a cultura como saber enciclopédico, para o qual o homem é um recipiente a ser enchido e no qual devem ser depositados dados empíricos, fatos brutos e desarticulados.

As práticas educativas e os processos interlocutivos não podem desconsiderar as diferentes instâncias sociais. Elas se dão no interior das múltiplas e complexas instituições da formação social.

Educação para o trabalho e pelo trabalho. O trabalho na proposta de educação do MST é essencial. Ele gera riquezas capazes de constituir novas relações sociais, a partir de duas dimensões básicas e complementares: na primeira, a educação deve estar ligada ao mundo do trabalho. Os processos produtivos na sociedade e nos assentamentos devem dialogar com as escolas do movimento e a pedagogia da terra. Obviamente que tais escolas não formam, exclusivamente, para o trabalho. Entretanto, importante perceber o trabalho como espaço privilegiado na produção do conhecimento crítico e emancipador. Os objetivos pedagógicos a seguir compõem esta primeira dimensão: “Desenvolver o amor pelo trabalho e, especialmente, pelo trabalho no meio rural; Entender o valor do trabalho como produtor de riquezas e saber sobre a diferença entre relações de exploração e relações igualitárias” (MST, 1999, p. 16). A segunda dimensão refere-se ao trabalho como método pedagógico, entrelaçando estudo e trabalho no desenvolvimento dos seguintes aspectos:

O trabalho como construtor de relações sociais e, portanto, espaço também privilegiado de exercício da cooperação e da democracia; as relações sociais como lugar de desenvolvimento de novas relações entre as pessoas, de cultivo de valores, de construção de novos comportamentos pessoais e coletivos em comum (MST, 1999, p. 16).

Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos. Neste princípio pedagógico, a educação, enquanto prática política, dialoga com projetos de transformação humana e resiste à conservação social. Importante novamente reafirmar que as escolas do campo, vinculadas ao MST, valorizam a participação de educadores e educandos nas questões políticas, econômicas e sociais, considerando as especificidades de cada espaço, cursos de formação e engajamento nas lutas por reforma agrária. Estas são algumas das principais preocupações do movimento e, quando ressignificadas, podem envolver a militância no fortalecimento de práticas

acerca da educação do campo, nos assentamentos e acampamentos. A seguir, as dimensões políticas trabalhadas pelo movimento:

Alimentar a indignação ética diante das situações de injustiça e de indignidade humana; Desenvolver atividades e estudar conteúdos intencionalmente voltados à formação político-ideológica dos/das estudantes; Incentivar os/as estudantes para que se organizem e aprendam também a lutar pelos seus direitos (MST, 1999, p. 17).

Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos. Para o MST, os processos econômicos dizem respeito à produção, à distribuição e ao consumo. É extremamente relevante pensar as questões educacionais na sua estreita relação com os seguintes aspectos: 1) aproximação dos educandos com o funcionamento do mercado e dos processos produtivos, considerando os valores e as unidades de produção; 2) desenvolvimento de experiências de trabalho que mexam com a renda e o domínio das regras de funcionamento do mercado. Esses aspectos podem contribuir para problematizar a relação entre as práticas pedagógicas e as esferas econômica, política e social. Para o movimento, as novas formas de luta, resistência e enfrentamento podem compor a organização curricular das escolas do campo. Lutar pela terra é transformar a realidade de trabalhadores/as do campo, educadores/as, educandos/as, dialogando com os princípios educativos do movimento (MOLINA, 2010).

Vínculo orgânico entre educação e cultura. Cultura para o movimento é tudo aquilo que a sociedade produz com a finalidade de expressar determinadas formas de conceber a vida. A educação desenvolvida pelo MST tem o desafio de contribuir no processo de construção e reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores rurais sem terra. Nessas relações, a educação é ferramenta indispensável na produção e na socialização da cultura. Os cursos de formação e as escolas do campo vinculadas ao movimento podem ser espaços de vivência, produção e resgate da cultura popular, além da formação e ressignificação das demais culturas comprometidas com mudanças que valorizem a classe trabalhadora.

A gestão democrática é fundamental na universalização da educação básica para os estudantes das escolas do campo. Os princípios da educação do campo reconhecem as diversas identidades camponesas e valorizam a autoestima de tais sujeitos. Estes são pontos essenciais na consolidação de atores históricos atentos ao diálogo, ao convívio humano e à solidariedade entre os pares. A escola democrática deve estar preparada para oferecer, sem restrições, oportunidades de debate e problematização acerca da igualdade e liberdade, enquanto princípios norteadores do movimento. Deve ainda conhecer as lutas travadas pelos movimentos sociais, os interesses e as histórias de educadores e educandos. Estar engajada na defesa de

ambientes socialmente justos, com distribuição de renda e terra. Entendemos que a produção crítica e dialética do conhecimento contribui com o diálogo, as interações, reflexões, análises e sínteses provisórias. Promove rupturas com a concepção de “educação bancária” (FREIRE, 1975) e saberes fragmentados, estanques e dissociados. Cabe ressaltar que a apropriação crítica dos conteúdos é papel do educador/a comprometido com a educação emancipadora que respeite os educandos, democratize as relações de poder estabelecidas e valorize as experiências, individuais e coletivas, produzidas pelos sujeitos do campo.

Atitude e habilidade de pesquisa. Sabemos que a formação do pesquisador-educador exige amadurecimento permanente no processo de produção teórico-prático. Na realização da pesquisa, importante sinalizar para os seguintes procedimentos: 1) fazer político-pedagógico de educadores e educandos do campo; 2) valorização dos espaços de reflexão crítica nos movimentos sociais; 3) compromisso ético na construção coletiva do conhecimento, parcial e provisório; 4) processos diversificados de ensino-aprendizagem; 5) rigor na análise documental; 6) disciplina intelectual do educador-pesquisador, e 7) socialização de experiências.

Os educadores-pesquisadores reflexivos, críticos e abertos ao diálogo carregam valores, crenças e princípios que influenciam o desenvolvimento da pesquisa. Estabelecem critérios de objetividade, reconhecendo que a neutralidade é apenas um mito. Sua responsabilidade, seu compromisso político e ético são objeto de constantes reflexões. A leitura crítica acerca do suposto *mito da neutralidade* é assumida como uma das principais demandas do MST. Segundo Japiassu (1981), a “ciência neutra”, por sua indiferença à construção de um projeto coletivo para todos e seu ceticismo em face das transformações da sociedade, contribui para aumentar a alienação dos homens, em geral, e dos cientistas, em especial. Uma sociedade que “diviniza” esse tipo de ciência priva-se do seu potencial de consciência crítica.

Além dos princípios pedagógicos presentes neste texto, identificamos no *Caderno de Educação n° 8* □ *Princípios da Educação no MST*, a preocupação com os seguintes princípios filosóficos:

Educação para a transformação social; Educação para o trabalho e a cooperação; Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; Educação com/para valores humanistas e socialistas; Educação como um processo permanente de formação/transformação humana (MST, 1999, p.6).

Acreditamos que, neste processo de ensino-aprendizagem, as barreiras e os desafios apresentados poderão ser vencidos, tendo como parâmetros a aplicabilidade dos princípios apresentados neste texto e considerando as lutas históricas por uma educação do campo, travadas,

dentre outros, por educadores, educandos, movimentos sociais, sindicatos, universidade, secretarias estaduais e municipais de Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber nesta pesquisa que os princípios pedagógicos têm orientado a educação do campo no MST, considerando os contextos históricos do movimento, suas realidades, sua diversidade econômica, social e cultural. Obviamente que as escolas do campo não serão homogêneas para pescadores, ribeirinhos, caiçaras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, aldeias indígenas, territórios quilombolas, entre outros sujeitos do campo. Nesses espaços, educadores, educandos, militantes, crianças, jovens e adultos aprendem, ensinam e se conhecem. Educa-se para a cidadania, a conscientização dos problemas e o enfrentamento das dificuldades. Tais dificuldades podem ser vencidas com perseverança, dedicação, luta, formação política, formação continuada de educadores e políticas públicas efetivas de educação do campo que considerem a realidade dos movimentos sociais. Acreditamos que a práxis libertadora é uma possibilidade, quando ação e reflexão são organizadas com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos camponeses. Nessas alianças, a educação do campo pode ser mais uma das ferramentas no processo de compreensão das lutas e demandas educacionais defendidas pelos movimentos sociais do campo, em especial, o MST.

Quero salientar que a produção do conhecimento pautada nos dados coletados e nas observações efetuadas não é isenta de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. Assim, a história pessoal do autor permeou todo o desenvolvimento deste trabalho. Esperamos, dessa forma, estimular a produção de leituras e reflexões que contemplem a formação de educadores do campo. Nesse processo de construção histórica, prevaleceu o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural dos povos camponeses, propondo uma educação inclusiva, questionadora e democrática, presente em diversas experiências de educação popular vinculadas à luta pela terra. Por fim, é importante registrar a defesa de políticas públicas que contribuam com a formação de educadores para as escolas do campo brasileiras. Sugiro aos leitores a continuidade desses estudos com o objetivo de compreender a relevância de tais políticas no fortalecimento das relações com os movimentos sociais.

Artigo recebido em: 21/03/2017

Aprovado para publicação em: 16/05/2017

THE CONCEPT OF RURAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT (MST)

ABSTRACT: This article is the result of the research carried out in rural education in its close articulation with the social movements, with the collaboration of the Scientific Initiation Grant Program (PIBIC / CNPq) and the Program of Tutorial Education - PET Field Education and Movements Both at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). Its main objective is to present reflections carried out in recent years on the conception of rural education in the context of the Movement of Landless Rural Workers (MST), and to present the formation of educators and their participation as historical and cultural beings. We use, predominantly, bibliographical and documentary research, in particular, Education Book No. 8 - Principles of Education in the MST. We conclude that field education, as a liberating praxis, is used in the process of understanding the struggles and educational demands defended by the MST. It dialogues with the gestures, desires, values and struggle for the land.

KEYWORDS: Field education. Social movements. Movement of Landless Rural Workers. Political and pedagogical training.

LA CONCEPCIÓN DE EDUCACIÓN RURAL EN EL CONTEXTO DEL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST)

RESUMEN: Este artículo es resultado de investigaciones realizadas en el ámbito de la educación rural y su estrecha articulación con los movimientos sociales, contando con la colaboración del Programa Institucional de Becas de Iniciación Científica (PIBIC / CNPq) y del Programa de Educación Tutorial - PET Educación rural y Movimientos sociales, ambos de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ). Su objetivo central es presentar reflexiones realizadas en los últimos años sobre la concepción de la educación rural en el contexto del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), la formación de los educadores y su participación, como seres históricos y culturales. Utilizamos predominantemente la investigación bibliográfica y documental, en particular, el Cuaderno de Educación n. 8 - *Principios de Educación en el MST*. Concluimos que la educación rural, como práctica liberadora, se usa en el proceso de comprensión de las luchas y demandas educativas defendidas por el MST. Ella dialoga con los gestos, deseos, valores y la lucha por la tierra.

PALABRAS-CLAVE: Educación rural. Movimientos sociales. Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra. Formación política y pedagógica.

NOTAS

1 MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; quilombolas; caixaras; ribeirinhos; pescadores; movimentos indígenas, entre outros.

1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I – Da Educação, Artigo 206; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB — nº. 9.394/96, Artigos 28, 78, 79; 3) ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, organizado em 1997, pelos movimentos sociais do campo, em parceria com a UNB – Universidade de Brasília; 4) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 5) Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica – CNE / CEB – nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; 6) Programa Escola Ativa; 7) ProJovem Campo Saberes da Terra; 8) ProJovem Rural; 9) Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo como modalidade de ensino; 10) Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; 11) PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012; 12) Portaria nº 391, de 10 de maio de 2016. Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas; 13) Nota Técnica Conjunta nº 3/2016, que norteia a oferta das licenciaturas em educação do campo de forma contínua e sustentável.

2 Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Áreas de conhecimento: Ciências Sociais e Humanidades.

3 O Programa Escola Ativa financiado pelo Ministério da Educação. Voltado para atender as escolas do campo com turmas multisseriadas.

4 As linhas de transporte urbano, em sua grande maioria, não fazem o trajeto até os assentamentos e acampamentos do MST, aldeias indígenas e territórios quilombolas.

5 PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Diretrizes Operacionais por uma Educação do Campo; PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo e PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Org.). *Territórios educativos na educação do campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BEGNAMI, J. B.; DE BURGHGRAVE, T. (Org.). *Pedagogia da alternância e sustentabilidade*. Orizona: UNEFAB, 2013. 279 p. (Coleção Agir e pensar das EFAS do Brasil).

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000.

BOGO, A. *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio!* In: 4º CONGRESSO NACIONAL – MST, 2000, Brasília *Anais...* Brasília, 2000.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Org.). *Caminhos para transformação da Escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAMSCI, A. A concepção dialética da história; os intelectuais e a organização da cultura. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. Em *Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr. 2011.

JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

MOLINA, M. C. *Educação do campo e pesquisa II*. Brasília: MDA/MEC, 2010.

_____.MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. (Org.). *Em Aberto – Educação do campo*. Brasília: INEP/MEC 2012.

_____. (Org.). *Licenciaturas em educação do campo e o ensino de ciências naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar*. Brasília: MDA, 2014. (Série NEAD Debate; 23)

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Alfabetização*. São Paulo: MST, 1998. (Caderno de Educação, n. 2).

_____. *Alfabetização de jovens e adultos: como organizar*. São Paulo: MST, 1994. (Caderno de Educação, n. 3).

BICALHO, R.

_____. Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem. São Paulo: MST, 2000. (Caderno de Educação, n. 4).

_____. Alfabetização de jovens e adultos: educação matemática. São Paulo: MST, 2000. (Caderno de Educação, n. 5).

_____. Princípios da Educação no MST. São Paulo: MST, 1996. (Caderno de educação, n. 8).

_____. Como fazemos a Escola de Educação Fundamental. São Paulo: MST, 2000. (Caderno de Educação, n. 9).

NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOUZA, M. A. de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. (Org.) *Práticas educativas do/no campo*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

_____. *Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VENDRAMINI, C. R.; AUED, B. W. *Educação do campo: desafios teóricos e práticos*. Florianópolis: Editora Insular. 2009.

RAMOFLY BICALHO: Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Seropédica, do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Pós-doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua nas seguintes temáticas: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais; Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos.
E-mail: ramofly@gmail.com
